



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO - AEDI/SELOG/SR/PF/SP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 18650237/2021-AEDI/SELOG/SR/PF/SP

Processo nº 08500.035589/2021-71

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2021**

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de **prestação de serviços não continuados, sem dedicação exclusiva** de mão de obra, de controle sanitário integrado de vetores e pragas urbanas tais como formigas, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, além de roedores e cupins, que englobam **desinsetização, desratização, descupinização e desinsetização de caramujos africanos**, nas localidades desta **Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, suas Unidades de Apoio e Delegacias Descentralizadas** (detalhadas no anexo II, deste TR) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na tabela abaixo:

Tabela I - Descrição dos serviços , quantidade (m²) , valor unitário máximo e valor total global máximo

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de medida	Código CATSER	Quantidade de cada serviço (m²)	Área total ( para 3 aplicações)	Valor unitário (R\$)	Valor para 03 aplicações (R\$)
					m²		
1	Serviços de DESINSETIZAÇÃO (detalhado no item 8.2.1) nas áreas e localidades descritas na tabela do Anexo II do Termo de Referência	m²	3417	62.133	186.399	1,82	339.246,1800
2	Serviço de DESRATIZAÇÃO (detalhado no item 8.2.2) nas áreas e localidades descritas na tabela do Anexo II do Termo de Referência	m²	3417	140.908	422.724	1,82	769.357,6800

3	Serviço de DESCUPINIZAÇÃO (detalhado no item 8.2.3) nas áreas e localidades descritas na tabela do Anexo II do Termo de Referência	m²	3417	62.133	186.399	1,82	339.246,1800
4	Serviço de desinsetização do Caramujo Africano (detalhado no item 8.2.4) nas áreas e localidades descritas na tabela do Anexo II do Termo de Referência	m²	3417	17.684	53.052	1,82	96.554,6400
TOTAL global máximo aceitável ( R\$)							<b>1.544.404,6800</b>

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de controle de pragas urbanas ( Desinsetização , desratização , descupinização).

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima (item 1.1).

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo I deste Termo de referência ( SEI # 21365824)

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares anexo I deste Termo de referência (SEI # 21365824 )

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Tratam-se de serviços comuns, não continuados, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. DA ADOÇÃO DO REGIME DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. A adoção do sistema de registro de preço foi escolhida para este procedimento licitatório que visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização - aplicação contra baratas, aranhas, ratos, pulgas, cupins, mosquitos (inclusive o *Aedes Aegypti*) e outros, com o fornecimento de mão de obra, todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas necessárias para as dependências internas e externas, conforme disposto no inciso II do art. 3º, do Decreto 7.892/2013, a saber, "*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa*";
- 5.2. Nas aquisições deverão ser ainda observadas se há disponibilidade orçamentária em curso antes da respectiva emissão dos empenhos.
- 5.3. O número de aplicações previsto é de 02 (duas) 03 (três) dentro do prazo de vigência deste contrato, porém, a necessidade de aplicações pode sofrer variações, dependendo da sazonalidade, do clima, da estação do ano ou até mesmo de casos fortuitos. Assim, **optou-se por se fazer o referido certame através do Sistema de Registro de Preços.**

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares 18995053 os requisitos da contratação abrangem o seguinte
- 6.1.1. A empresa contratada deverá comprovar a experiência por meio de atestados e certificados técnicos, Capital Circulante Líquido conforme exigências dos [Modelo de Edital da AGU \(JUL2020\)](#); Comprovação de patrimônio líquido suficiente para execução dos serviços, com percentuais a serem definidos pela Equipe de Planejamento; Cadastro no SICAF;
- 6.1.2. Por recomendação da Vigilância Sanitária, tais serviços deverão ser contratados por empresas especializadas, devidamente licenciadas pela Autoridade Sanitária do Estado ou do Município para atender as necessidades de ação preventiva evitando a proliferação de pragas, eliminando as existentes;
- 6.1.3. Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.
- 6.1.4. O contrato terá vigência inicial pelo período de **12 (doze) meses**;
- 6.1.5. Os serviços pretendidos são de **natureza não continuada**, conforme preceituado no art. 16, da Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 05 de 25/05/2017. *Os serviços considerados não continuados ou contratados por escopo são aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.*
- 6.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, nos termos da disposição 2.4. do Anexo V da IN 05/2017 – SEGES/MP.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata;

7.1.1. Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

7.2. Como critério de aceitabilidade da proposta vencedora, serão exigidos do licitante que apresentar a melhor proposta, observada a ordem de classificação, os seguintes critérios de sustentabilidade, quando couber:

7.2.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

7.2.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

7.2.3. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

7.2.4. que sejam obedecidas as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

7.2.5. que sejam fornecidos aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços, e que haja fiscalização de seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

## 8. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

8.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações das localidades onde serão executados os serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas..

8.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

8.2.1. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil, documento com foto (Crachá) expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da mesma;

8.2.2. A vistoria deverá ser agendada por e-mail.

- 8.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue mídia eletrônica ou arquivos digitais, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 8.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 8.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 9.1.1. Os serviços deverão ser prestados, preferencialmente, em dias e horários que não causem impactos no funcionamento normal das unidades, aos sábados, domingos, feriados ou dias programados para manutenção, e serão acordados entre a Contratante e a Contratada com antecedência, via e-mail;
- 9.1.2. O prazo para início da execução será de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato, se houver;
- 9.1.3. Para entrar e permanecer nas dependências das unidades, os funcionários da Contratada deverão estar devidamente uniformizados e identificados com crachás da empresa. Com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a Contratada deverá enviar e-mail, para o responsável de cada localidade da Contratante, relacionando o nome, RG e nº de Crachá para autorização prévia;
- 9.1.4. As pragas existentes devem ser exterminadas, bem como a formação de novas colônias e o surgimento de novos focos devem ser impedidos. Caso contrário, e dentro do período de garantia, deverá ser reagendada uma **reaplicação** em até 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus para a Contratante;
- 9.1.5. As aplicações não devem colocar em risco a saúde de pessoas que trabalham ou transitam nas instalações;
- 9.1.6. O ambiente não deve ser contaminado com cheiros prolongados, vapores e fumaças;
- 9.1.7. A rotina de funcionamento do prédio deve sofrer a menor interferência possível;
- 9.1.8. Os serviços deverão ser executados com orientação de Técnico Habilitado da Contratada, devidamente registrado no conselho regional competente e observados os procedimentos específicos para aplicação de cada produto. Todos os trabalhos deverão ser executados por profissionais treinados e identificados, utilizando equipamentos de proteção individual adequado para cada situação;
- 9.1.9. Após cada aplicação, é necessário emitir relatórios dos serviços constando data e horário da mesma, produto aplicado e responsável pela aplicação. Quando possível esta informação deverá ficar fixada, em adesivo próprio, nos materiais (por exemplo: iscas) deixados nas áreas em que os produtos foram aplicados;
- 9.1.10. Para cada aplicação, é obrigatório o acompanhamento mensal do serviço realizado, compreendendo o mês da aplicação e os dois subsequentes. O acompanhamento mensal do objeto realizado compreende serviços como o recolhimento de iscas e animais mortos, dentre outros pertinentes à correta execução do objeto. As solicitações de execução dos serviços ocorrerão mediante as demandas de cada localidade do Contratante, definidas em momento oportuno, conforme conveniência da Administração.

9.2. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se dos materiais, produtos, equipamentos, ferramentas próprios e seguir as técnicas e procedimentos necessários à perfeita execução contratual. As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização dos serviços, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local. A Contratante deverá aprovar a utilização de cada técnica, conforme descritas abaixo:

9.2.1. **Desinsetização:**

- Pulverização ou micro pulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsionado em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto ou praga alvo, como: pisos, ralos, frestas, armários, prateleiras, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros;
- Polvilhamento: Aplicação de produto inseticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com alto poder residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente aos focos situados em pontos com eletricidade como, eletrodutos, caixas de fusíveis e telefone, centrais elétricas e motores e equipamentos elétricos em geral, luminárias, ou ainda determinados espaços falsos ou vagos como alguns tipos de forrações;
- Gel inseticida: Aplicação de inseticida em formulação gel, tipo isca alimentar, totalmente inodoro, com manutenção do poder residual, palatável e atrativo; deve atuar após a ingestão direta ou indireta. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do inseto a ser exterminado. Esta técnica deve ser utilizada em locais onde não seja possível a utilização de outras, como: portas de geladeiras e refrigeradores, máquinas e equipamentos de preparo de alimentos de cozinhas e refeitórios, mesas e moveis em geral de escritórios, equipamentos eletroeletrônicos, pontos de luz e centrais elétricas, entre outros.

9.2.2. **Desratização:**

- Iscagem: aplicação de produtos raticidas em diversos pontos e repetidas vezes, os locais deverão ser nas áreas onde materiais ou alimentos estejam sendo atacados, pontos de passagem e esconderijos e tocas, que sejam internas ou externas. O produto raticida deve atuar exclusivamente por ingestão, deve ser anticoagulante, para evitar odores pós-morte. Podem ser granuladas ou blocos parafinados, a depender do local. As iscas devem ser estrategicamente aplicadas em áreas como: parte inferior de gôndolas e nos pés das prateleiras, por baixo de armários, ralos, bueiros, valas ou córregos, tocas, forros, muros, cercas, parte superior de dutos de ventilação ou encanamentos aéreos, entre outros. As iscas devem ser acondicionadas em porta-iscas e, se necessário, parafusadas nos pisos e paredes;
- Polvilhamento: Aplicação do produto raticida formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. A aplicação destina-se exclusivamente às tocas, eletrodutos de largo diâmetro, entre outros;
- Todos os bueiros, grelhas, valas ou ralos que possam ser utilizados para entrada/saída de roedores devem ser fechados com telas de aço ou similar, para impedir o seu ingresso nas dependências da unidade. Ainda, devem permitir a passagem de água ou qualquer líquido, sem represá-las ou causar alagamentos.

9.2.3. **Descupinização, inclusive brocas e cupins subterrâneos:**

- Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar. No controle deverá ser realizado o tratamento do solo, alvenaria, tubulações, mobiliários, peças de madeira ou quaisquer pontos que apresentem ataques visíveis de cupins, bem como tratamento preventivo em locais que apresentem a possibilidade de infestação;
- As técnicas abaixo devem ser utilizadas para realização do serviço de descupinização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local:
  - Tratamento de solo (barreira química): tratamento químico do solo ao redor das edificações para restringir a entrada de cupins subterrâneos nas edificações. Será feito por meio de perfurações seriadas no perímetro externo de cada edificação, ao longo das paredes laterais com brocas de 10 mm de diâmetro e espaçamento de cerca de 40 cm. A solução inseticida será aplicada com auxílio de hastes e pulverizadores elétricos;

- o Insuflação de pó químico: aplicação de pó químico formulado em matéria inerte, tipo pó seco, sem odor e com reduzido grau tóxico, com efeito residual, atuando por contato. O tratamento deverá ocorrer em dutos, caixas e quadros da rede elétrica / lógica / telefonia de modo a impedir que os cupins utilizem-se destes locais para se espalharem pelas edificações;
- o Micropulverização: aplicação da calda cupinícida em quantidade suficiente para encharcar a peça a ser tratada por meio de pulverizador elétrico ou manual;
- o Injeção: injeção da calda cupinícida com bomba apropriada e bicos especiais para cada tipo de peça a ser tratada. A calda cupinícida deve ser injetada por meio de pequenos orifícios feitos no momento da aplicação e nos já existentes devido a ação da praga;
- o Encharcamento/pincelamento: aplicação da calda cupinícida em toda a peça a ser tratada com o auxílio de um pincel ou brocha;
- o Instalação de iscas: instalação de iscas colocadas no solo ou parede ao redor da estrutura do imóvel ou em áreas internas.

#### 9.2.4. **Desinsetização de Caramujo Africano:**

- Deverão ser analisadas a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para aplicação do tratamento ideal. Os tratamentos serão corretivos e preventivos, dependendo da necessidade que se apresentar. No controle deverá ser realizada a análise do local para verificação dos possíveis focos. A técnica abaixo poderá ser utilizada para realização do serviço de Desinsetização, devendo a Contratada utilizar a(s) melhor(es) técnica(s) para cada local.
- Instalação de iscas: Serão espalhadas as iscas diretamente no solo por meio de aplicador de produtos granulados, próximo dos locais infestados por lesmas e/ou caramujos. Para o controle dos caramujos africanos, preferencialmente que seja efetuado o controle por meio de moluscicidas em forma de pellets (iscas) de metaldeído, devido seu poder atrativo e sua eficácia na eliminação das pragas. Os pellets devem ser distribuídos na dosagem de 30 a 50 pellets por metro quadrado, ou segundo a dosagem recomendada pelo fabricante. Devido à natureza sazonal dos moluscos, espera-se que sejam necessárias no mínimo 4 (quatro) aplicações por safra (todo o período de postura, desenvolvimento e reprodução).
- Catação: coleta manual de espécimes adultos, se a área infestada for pequena. Coletar os adultos com luvas de borracha ou sacos plásticos, pois os moluscos podem transmitir doenças ao homem por meio de sua mucosidade. Os adultos deverão ser destruídos em água fervente ou mecanicamente, e sua carcaça incinerada.
- Pulverização líquida: Aspersão de inseticida emulsificado em solução aquosa de baixo odor e reduzido grau tóxico com efeitos: desalojante, knockdown (choque) e residual, atuando por contato. A aplicação destina-se aos focos ou áreas infestadas, pontos de passagem, alimentação e habitat do caramujo: ralos, frestas, forrações, espaços falsos, redes de esgoto, lixeiras, depósitos, entre outros.

## 10. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Localidade de todas as unidades estão descritas na **tabela anexo II**

10.1.2. Área Construída: é a área das edificações, que foram tomadas como medida para as aplicações dos produtos de controle de vetores e pragas urbanas: formigas, carrapatos, traças, pulgas, aranhas, baratas, escorpiões, moscas (principalmente Aedes Aegypti) e cupins;

10.1.3. Área do Terreno: área em torno das edificações;

10.1.4. Área Total: é o somatório das áreas construídas e de terreno, que é a base de medida para os serviços de desratização.

10.2. O valor **máximo** estimado foi apurado mediante o valor médio estimado do serviço por metro quadrado (m²), baseado em 5 (cinco) contratações similares extraídas do site de compras governamentais - PAINEL DE PREÇOS.GOV. Ver Pesquisa de Preços (SEI # 21201711).

10.3. O Custo Máximo da presente cotação será de R\$ **1.544.465,48 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)** para cada ano de vigência do contrato, conforme tabela do item 1.1 deste TR. Considerando 03 (três) aplicações da seguinte forma:

- 1ª) aplicação no início do contrato;
- 2ª) aplicação aos 06 (seis) meses e;
- 3ª) aos 12 (doze) meses,

10.4. Para efeito de julgamento, classificação e aceitação das propostas, será considerado o MENOR PREÇO.

10.5. A empresa licitante deverá atentar-se para a as metragens indicadas para cada tipo de serviço, bem como as localidades ( unidades descentralizadas) e informar o custo de cada aplicação .Deverá, ainda, indicar os preços para 01 (uma) e para 03 (três) aplicações na elaboração da proposta comercial.

## 11. **MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

11.1. Nos termos do art. 41 da Instrução Normativa nº 05 de 2017 serão indicados gestor, fiscais e seus substitutos para as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual com o objetivo de aferir o cumprimento das obrigações dos itens deste edital e seus anexos e ainda a solução de problemas relativos ao objeto;

11.2. A comunicação entre a fiscalização da CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada por telefone, WhatsApp, e-mail ou mediante cartas e ofícios, sempre que o ato exigir tal formalidade, que poderão ser tramitados por e-mail;

11.3. Aos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, formalmente designados, caberão o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação com seus anexos.

11.4. O acompanhamento e a fiscalização do Contrato poderão ser processados nos termos dos arts. 39 a 47 da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017.

11.5. Os servidores indicados para fiscalizar o contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

11.6. O pagamento será realizado tomando por base a prestação de serviço realizada, englobando as aplicações dispostas no Termo de Referência, mediante a apresentação de Nota Fiscal de serviço devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

11.7. Em momento anterior à emissão da Nota Fiscal e como condição indispensável para emissão do ATESTO a CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do contrato os seguintes documentos, que serão analisados para posterior emissão da Nota Fiscal:

11.7.1. Relatório das atividades, com apresentação da discriminação do valor unitário dos serviços, que deverá conter os seguintes elementos:

- 11.7.1.1. Assinatura do responsável técnico da contratada;
- 11.7.1.2. Espaço para assinatura do responsável pelo acompanhamento do serviço;
- 11.7.1.3. Data e hora da realização dos serviços;
- 11.7.1.4. Discriminação detalhada dos serviços com os quantitativos;

11.8. O fiscal promoverá a análise do relatório e dos valores a serem pagos pelos serviços efetivamente prestados, e informará para o Representante da CONTRATADA o valor correto para emissão da Nota Fiscal.



11.9. O pagamento será executado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal de Serviços, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, acompanhada dos documentos relacionados nos subitens do item 10.7.1.1 deste Termo de Referência.

11.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da seguinte documentação:

11.10.1. Comprovação da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

11.10.2. Outros documentos legais e/ou contratuais determinados pelo fiscal do contrato.

11.11. As demais regras relativas à gestão contratual estarão dispostas na legislação que rege a matéria.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços;
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

#### 14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### 15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 16. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 16.16.1. Realização de avaliação diária para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

16.16.2. Fiscalizar a conformidade dos materiais a serem empregados na execução dos serviços contratados, confrontado com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Edital, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR). Subitem 2.6, alínea "d" do Anexo V da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MP, devendo haver o redimensionamento do pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

17.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. A utilização do IMR não impede a aplicação, concomitante, de outros mecanismos para a aferição da qualidade da prestação dos serviços.

17.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.3.1. A unidade de medida para o faturamento e mensuração do resultado será o m<sup>2</sup> dos serviços efetivamente realizados (Item 1.1);

17.3.2. A qualidade de cada serviço executado em termos de efetiva eliminação e controle da praga urbana;

17.3.3. O pagamento será realizado, exclusivamente, de acordo com os efetivos áreas (metros quadrados) desinsetizados, desratizados e descupinizados, não importando o tempo necessário, quantidade de colaboradores alocados e localidades onde serão realizados esses serviços.

17.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5 de 2017, será indicada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

17.4.1. não produziu os resultados acordados e desejados;

17.4.2. deixou de executar ou não executou as atividades contratadas com a qualidade mínima exigida;

17.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços contratados com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão de cada Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo de cada aplicação dos serviços, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

18.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e certificações exigíveis dos serviços efetivamente concluídos em cada aplicação

18.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo

18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no IMR, ou instrumento substituto

18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.6. O gestor emitirá Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

18.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 19. DO PAGAMENTO

- 19.1. A emissão da Nota Fiscal / Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço realizado, conforme o Termo de Referência.
- 19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar a Contratada para emitir Nota Fiscal/Fatura com o valor exato.
- 19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço efetivamente realizado, conforme este Termo de Referência.
- 19.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.5.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.6.1. o prazo de validade;
- 19.6.2. a data da emissão;
- 19.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.6.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.6.5. o valor a pagar; e
- 19.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual taxa anual} = 6\%$$

## 20. REAJUSTE

20.1. Os preços, inicialmente contratados, são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2. Após o interregno de 01 (um) ano, e independente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, aplicando-se o índice IGPM exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ ONDE:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;



I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 20.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 20.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.8. O reajuste será realizado por apostilamento de contrato.

## 21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
  - 21.1.1. Por não ser pertinente à contratação (art. 56 da Lei nº 8666/93).

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
  - 22.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 22.1.3. fraudar na execução do contrato;
  - 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 22.1.5. cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - II - **Multa de:**
    - a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a

não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - **Sanção de impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “IV” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

22.4. As sanções previstas nos subitens “I”, “III”, “IV” e “V” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade	04

	de atendimento;	
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 22.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3. Os critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 23.3.1. Registro para execução da atividade de desinsetização e desratização nos órgãos competentes, conforme determina a RDC Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 e na RDC Nº. 20 de 12 de maio de 2010, emitidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 23.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 23.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com a seguinte característica mínima:
- a) O atestado deverá conter as seguintes informações: identificação do emitente, descrição sucinta do escopo dos serviços prestados e/ou trabalho desenvolvido; caracterização do bom desempenho; resultados alcançados; e cumprimento de exigências contratuais.
- 23.4. Os critérios de aceitabilidade de **preços** serão:
- 23.4.1. Valor Global de R\$ **1.544.404, 6800** (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quatro reais e sessenta e oito centavos) conforme **Tabela I do item 1.1**;
- 23.4.2. Valores unitários: conforme tabela de composição de preços , **Tabela I do item 1.1**.
- 23.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global por item**.
- 23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

**24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

24.1. O valor **máximo** estimado para contratação é de **R\$ 1.544.404, 6800** (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil quatrocentos e quatrocentos e quatro reais e sessenta e oito centavos) conforme tabela do **Tabela I do item 1.1**;

**25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

25.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato.

São Paulo, 24 de novembro de 2021

SANTIAGO IGLESIAS FERNANDEZ CANO  
AADM, Matrícula 12.485  
TITULAR DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO  
SELOG/SR/PF/SP

**26. ANEXOS:**

I - Estudo Técnico Preliminar ( SEI #21365824 )

II - Tabela com as unidades da PF, suas localidades , serviços solicitados, distribuição de áreas :

Nº de Unidades	Unidade	Localidade	Serviço	ÁREA m²
1	Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa - São Paulo - SP CEP 05038-090	Desinsetização	22.199,90
			Desratização	36.272,30

			Descupinização	22.199,90
2	JAG (Unidade de apoio 1)	R. Jaguaribe,194, Santa Cecília – São Paulo – SP	Desinsetização	2.251,00
			Desratização	3.635,80
			Descupinização	2.251,00
3	CAB (Unidade de apoio 2)	Av. Santa Marina, 208 , Água Branca – São Paulo – SP	Desinsetização	549,00
			Desratização	910,00
			Caramujo Africano	1.800,00
			Descupinização	549,00
4	EP (Unidade de apoio 3)	R. Eduardo Prado, 618 , Campos Elísios– São Paulo – SP	Desinsetização	550,00
			Desratização	800,00
			Descupinização	550,00
5	Delegacia de Polícia Federal em Araçatuba	Av. Brasília, 2212 - Vila São Paulo - Araçatuba- SP - CEP 16018-000	Desinsetização	1.424,19
			Desratização	2.506,19
			Descupinização	1.424,19
6	Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente	Av. Luis Cesário, 380 - Jardim Colina - Presidente Prudente - SP - CEP 19061-145	Desinsetização	5.660,52
			Desratização	13.273,43
			Descupinização	5.660,52
7	Delegacia de Polícia Federal em Marília	Av. Jôquei Clube, 87 - Jardim Vista Alegre - Marília - SP - CEP 17521-450	Desinsetização	3.150,00
			Desratização	7.150,00
			Descupinização	3.150,00
8	Delegacia de Polícia Federal em Bauru	Av. Getúlio Vargas, 2055 - Vila Aviação - Bauru - SP - CEP 17017-383	Desinsetização	1.593,00
			Desratização	3.593,00
			Descupinização	1.593,00
9	Delegacia de Polícia Federal em Ribeirão Preto	Delegacia: Rua João Alves da Silva Junior, 546, bairro Jardim Canadá CEP: 14.024-190 – Ribeirão Preto/SP	Desinsetização	1.650,00
			Desratização	1.785,00
			Descupinização	1.650,00
10		Depósito:Av. Maurílio Biagi, nº 2.630, Bairro City Ribeirão CEP: 14.021-000 – Ribeirão Preto/SP	Desinsetização	212,00
			Desratização	8.000,00
			Descupinização	212,00
11		GISE/DRCOR - Rua Barão do Amazonas, 2026 - Jd. Sumaré - CEP 14.025-110	Desinsetização	330,00
			Desratização	615,00
			Descupinização	330,00
12	Delegacia de Polícia Federal em Jales	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 197 - Jales - SP - CEP 15700-000	Desinsetização	1.173,00
			Desratização	7.206,00
			Descupinização	1.173,00
13	Delegacia de Polícia Federal em São José do Rio Preto - ATUAL	DELEGACIA: Rua Maria Agreli Tambury, 1956 - Alto Alegre - CEP 15054-070	Desinsetização	1.281,50
			Desratização	2.819,00

14		GISE: Rua Maria Agrelli Tambury, 1956 - Alto Alegre - CEP 15054-070	Descupinização	1.281,50
			Desinsetização	310,00
			Desratização	626,00
			Descupinização	310,00
15	Delegacia em São José do Rio Preto - NOVA	Av. Arthur Nonato com Estrada Boiadeira	Desinsetização	2.721,56
			Desratização	18.615,73
			Caramujo Africano	15.894,17
			Descupinização	2.721,56
16	Delegacia de Polícia Federal em Araraquara	Av. Maria Antônia de Camargo Oliveira.3013 - (Via expressa) Vila Ferroviária - CEP 14802-330	Desinsetização	1.431,00
			Desratização	2.466,15
			Descupinização	1.431,00
17	Delegacia de Polícia Federal em Campinas	Rua: Dr. Antônio Álvares Lobo, 620, Botafogo - CEP 13020-110 090	Desinsetização	5.259,72
			Desratização	5.479,47
			Descupinização	5.259,72
18	Delegacia de Polícia Federal em Piracicaba	Rua Liberato Macedo, 872 - Bairro São Dimas - Piracicaba/SP - CEP 13416-090	Desinsetização	1.015,00
			Desratização	1.971,00
			Descupinização	1.015,00
19	Delegacia de Polícia Federal em Sorocaba	Rodovia Raposo Tavares, Km 103,5 - Jardim Itanguá - Sorocaba/SP - CEP 18052-775	Desinsetização	2.500,00
			Desratização	13.165,00
			Descupinização	2.500,00
20	Delegacia de Polícia Federal em Santos	Predio Delegacia atual: Rua Riachuelo, nº 27, Centro - Santos/SP - CEP 11.010-000	Desinsetização	2.501,00
			Desratização	2.999,00
			Descupinização	2.501,00
22	Delegacia de Polícia Federal em Santos	NEPOM: Av. Engenheiro Eduardo Magalhães Gama, s/nº - entre os Armazéns 35 e 37 do Porto de Santos, portão 18 - Santos/SP - CEP 11.020-305	Desinsetização	220,00
			Desratização	1.785,00
			Descupinização	220,00
23	Delegacia de Polícia Federal em São José dos Campos	Av. Tivolli, 44 - Jardim Betânia - São José dos Campos-SP - CEP 12245-481	Desinsetização	2.250,00
			Desratização	2.250,00
			Descupinização	2.250,00
24	Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro	Av. Nesralla Rubez, 998 - Vila Canevari - Cruzeiro/SP - CEP 12710-070	Desinsetização	1.170,00
			Desratização	1.606,00
			Descupinização	1.170,00
25	Delegacia de Polícia Federal em São Sebastião	Delegacia: Rua Fabio Cassio, 18 - Centro - São Sebastião - SP - CEP 11600-000	Desinsetização	580,00
			Desratização	955,00
			Descupinização	580,00
26		NEPOM : Av. Outeiro Cais, S/N, Centro	Desinsetização	151,08
			Desratização	424,01

		Descupinização	151,08
	TOTAL GERAL em m²		282.869,19

**Base :** Memorandos enviados em 2017 pelas unidades de apoio da SR e Delegacias Descentralizadas confirmando as áreas . E informações das áreas da nova Delegacia de São José do Rio Preto , fornecidas em 2021

Desinsetização e descupinização : considerada área construída

Desratização : considerada área total

Desinsetização Caramujo africano: considerada área externa



Documento assinado eletronicamente por **SANTIAGO IGLESIAS FERNANDEZ CANO, Fiscal de Contrato - Substituto(a)**, em 24/03/2022, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **22616847** e o código CRC **87CD63BB**.